

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.836.423 - SP (2019/0265391-8)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DA COMISSÃO GESTORA DE PRECEDENTES**  
**RECORRENTE : ROBERTA DE CARVALHO**  
**RECORRENTE : WILIAM DO PRADO FERREIRA**  
**RECORRENTE : SERGIO GRATON**  
**RECORRENTE : EDSON DA FONSECA**  
**RECORRENTE : JOAQUIM MANOEL SANTOS FILHO**  
**RECORRENTE : JOSE ROBERTO PEREIRA BERTINI**  
**RECORRENTE : JOSE CARLOS BONFANTE LIMA**  
**RECORRENTE : LUIS GONZALEZ SANCHES**  
**RECORRENTE : JOSE LUIZ DE LIRA**  
**RECORRENTE : JORGE LUIZ DE CARVALHO**  
**ADVOGADOS : WELLINGTON DE LIMA ISHIBASHI - SP229720**  
**WELLINGTON NEGRI DA SILVA E OUTRO(S) - SP237006**  
**FERNANDO MIL HOMENS MOREIRA - DF048957**  
**RECORRIDO : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV**  
**RECORRIDO : ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADORE : PAULO BRAGA NEDER - SP301799**  
**S**  
**CAIO AUGUSTO NUNES DE CARVALHO E OUTRO(S) - SP302130**

## DESPACHO

Vistos etc.

Conforme destaquei às e-STJ, fls. 910-912, o presente recurso especial foi interposto contra acórdão proferido no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) n. 2052404-67.2018.8.26.0000, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

No referido julgamento, foi fixada a seguinte tese (e-STJ, fl. 592):

*É cabível ação de cobrança com base no lustro anterior à impetração de mandado de segurança coletivo, desde que o julgamento da impetração haja transitado em julgado.*

Nos termos do art. 256-H do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, o recurso especial interposto contra acórdão de tribunal de justiça ou de tribunal regional federal que julgue o mérito do IRDR tramitará nesta Corte conforme o procedimento estabelecido para o recurso indicado pelo tribunal de origem como representativo da controvérsia (RISTJ, arts. 256 ao 256-H).

Entre esses dispositivos regimentais, há o art. 256-C que dispõe sobre a

# *Superior Tribunal de Justiça*

análise formal preliminar do recurso pelo Presidente do STJ para verificar "se o recurso especial representativo da controvérsia preenche os requisitos do art. 256 deste Regimento". Essa atribuição, contudo, foi delegada ao Presidente da Comissão Gestora de Precedentes mediante a Portaria STJ/GP n. 299 de 19 de julho de 2017.

Louvável a iniciativa do Plenário do Superior Tribunal de Justiça ao estabelecer, por norma regimental (art. 256-H), tramitação diferenciada para o recurso especial interposto contra o julgamento de mérito do incidente de resolução de demandas repetitivas, haja vista a abrangência dos efeitos da decisão a ser proferida pelo Superior Tribunal de Justiça cuja tese será "aplicada no território nacional a todos os processos individuais ou coletivos que versem sobre idêntica questão de direito" (CPC, § 2º do art. 987).

A norma regimental buscou complementar a disposição legal, estabelecendo tramitação diferenciada ao processo nesta Corte Superior, semelhante à do recurso indicado como representativo da controvérsia, com exceção do prazo de 60 dias úteis para o ministro propor a afetação do processo ao rito dos repetitivos.

Assim, por um lado o CPC confere ao acórdão proferido no recurso especial interposto em julgamento de mérito de IRDR os mesmos efeitos do acórdão em julgamento de recurso especial repetitivo, precedente qualificado nos termos do art. 121-A do RISTJ, c/c o art. 927 do CPC. Em outra medida complementar, o RISTJ prevê trâmite também qualificado ao recurso, conciliando aspectos jurisdicionais e administrativos de organização e eficiência.

Dessa maneira, em cumprimento aos arts. 256-I e 257 do RISTJ, c/c o inciso II do art. 1.037 do CPC, com a conclusão do processo, o relator ou, em última análise, o órgão julgador competente para apreciar o seu mérito, analisará o preenchimento dos requisitos de admissibilidade e sua viabilidade para ser afetado ou não para julgamento sob a sistemática dos recursos repetitivos.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Essa fase de admissibilidade, já consagrada pela legislação e pela prática judiciária do STJ, é essencial para a definição da questão jurídica a ser submetida a julgamento pela Corte e permite, quando necessário, a construção do precedente qualificado com a identificação objetiva de suas etapas: afetação, sobrestamento de processos (em regra), julgamento e aplicação da tese nos feitos em tramitação em todo o território nacional.

Feito esse breve registro, passo à análise precária formal do presente recurso especial interposto contra acórdão que julgou o IRDR na origem, **plenamente passível de revisão pelo relator destes autos.**

A Procuradoria-Geral da República, por meio do parecer da lavra da Subprocuradora-Geral da República Darcy Santana Vitobello, manifesta-se pela admissão do recurso como representativo da controvérsia.

Em análise superficial do processo, plenamente passível de revisão pelo relator destes autos, entendo preenchidos os requisitos formais previstos no art. 256 do Regimento Interno do STJ, de acordo com o parecer do Ministério Público Federal.

Inicialmente, registro que, em decorrência da admissão deste incidente na origem, os ora recorrentes, com fundamento no § 3º do art. 982 do CPC e do art. 271-A do RISTJ, ajuizaram perante esta Corte Superior o pedido de Suspensão em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (SIRDR) n. 22/SP, a mim distribuído em razão da Portaria STJ/GP n. 299/2017, requerendo a suspensão de todos os processos individuais ou coletivos em curso no Estado de São Paulo, que versem sobre a mesma questão de direito discutida no IRDR.

Por não estarem preenchidos os pressupostos, indeferi o pedido, determinando, contudo, providências administrativas relacionadas à ampla divulgação no âmbito da Justiça paulista da ordem de suspensão de processos deferida pelo TJSP no momento da admissão do IRDR na origem.

Contra essa decisão, as partes requerentes interpuseram agravo interno, ainda pendente de análise.

No que concerne à matéria de direito veiculada no recurso, destaco a

# *Superior Tribunal de Justiça*

relevância da questão que busca a definição do Superior Tribunal de Justiça a respeito da necessidade de se aguardar o trânsito em julgado da decisão proferida em mandado de segurança coletivo para o ajuizamento da ação de cobrança com pretensão ao recebimento de parcelas pretéritas. Trata-se de matéria com grande potencial de repetitividade e de abrangência nacional, pacificada no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo por meio do julgamento deste incidente de resolução de demandas repetitivas, possivelmente controversa em outros tribunais do País.

Nesse sentido, o julgamento deste processo sob o rito dos recursos repetitivos, poderá evitar decisões divergentes nos tribunais ordinários e o envio desnecessário de recursos especiais e/ou agravos em recursos especiais a esta Corte Superior, cumprindo com uma das finalidades do recurso repetitivo, que é o de servir como instrumento processual à disposição do Superior Tribunal de Justiça capaz de pacificar, em âmbito nacional, questões de direito que se repetem em múltiplos processos com a formação de precedente qualificado (RISTJ, art. 121-A).

Ao mesmo tempo, além de refletir sua eficácia nos processos eventualmente suspensos, o julgamento deste recurso sob o rito dos repetitivos balizará as atividades futuras da sociedade, das partes processuais, dos advogados e dos magistrados, tendo em vista ser fato notório que a ausência de critérios objetivos para a identificação de qual é a posição dos tribunais com relação a determinado tema incita a litigiosidade processual.

**Ante o exposto** e com fundamento no art. 256-D e 256-H do RISTJ, c/c o inciso I do art. 2º da Portaria STJ/GP n. 299 de 19 de julho de 2017, **distribua-se** o presente processo.

Nos termos do parágrafo único do art. 256-D do RISTJ, autorizo o Nugep do STJ a disponibilizar este recurso especial no site do STJ com a seguinte descrição: **possibilidade de ações de cobrança com base no lustro anterior à impetração de mandado de segurança coletivo ainda não transitado em julgado.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
Presidente da Comissão Gestora de Precedentes - Portaria STJ 299/2017

